



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS V
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E SOCIAIS APLICADAS
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

MAGNA CELI LIRA LEAL

**PARÂMETROS DE EDUCAÇÃO DE BASE PROPOSTOS PELA ONU:
ANÁLISE DO CASO BRASILEIRO**

**JOÃO PESSOA
2018**

MAGNA CELI LIRA LEAL

**PARÂMETROS DE EDUCAÇÃO DE BASE PROPOSTOS PELA ONU:
ANÁLISE DO CASO BRASILEIRO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Programa de Graduação em Relações Internacionais da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

Área de concentração: Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dra. Luiza Rosa Barbosa de Lima

**JOÃO PESSOA
2018**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

L435p Leal, Magna Celi Lira.
Parâmetros de educação de base propostos pela ONU
[manuscrito] : análise do caso brasileiro / Magna Celi Lira
Leal. - 2018.
47 p.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Biológicas e Sociais Aplicadas, 2018.

"Orientação : Profa. Dra. Luíza Rosa Barbosa de Lima, Coordenação do Curso de Relações Internacionais - CCBSA."

1. Educação de base brasileira. 2. Parâmetros educacionais da ONU/UNESCO. 3. Formação cidadã.

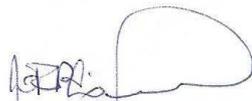
21. ed. CDD 374

MAGNA CELI LIRA LEAL

PARÂMETROS DE EDUCAÇÃO DE BASE PROPOSTOS PELA ONU: ANÁLISE DO CASO
BRASILEIRO

Monografia apresentada ao Curso de Relações
Internacionais da Universidade Estadual da
Paraíba.

Aprovado(a) em 15 / 06 / 2018.



Luiza Rosa Barbosa de Lima/UEPB
Orientador(a)



Jacqueline Echeverría Barrancos /UEPB
Examinador(a)



Sílvia Garcia Nogueira /UEPB
Examinador(a)

A minha mãe, esposo e amado Filho pela dedicação,
companheirismo e amizade, DEDICO.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente ao meu grande mestre, o meu Deus por me guiar durante toda minha vida, me ajudou a vencer todos os obstáculos e me proporcionou chegar até aqui.

À minha mãe Marlete que sempre esteve ao meu lado durante toda minha caminhada, meu esposo José Paulo que esteve presente durante todas as dificuldades que passei durante o curso, a meu querido e amado filho que chegou no final do curso para abrilhantar minha vida, e me dar forças para continuar.

À minha professora orientadora Luiza Rosa, por aceitar esse desafio de me ajudar nessa caminhada.

À professora Silvia Garcia Nogueira, por aceitar está presente na minha banca, e por ter me proporcionado participar de seu projeto de pesquisa, e à professora Jacqueline Echeverría Barrancos por aceitar o convite da banca.

Aos amigos que conquistei na Universidade que foram tão fundamentais para que eu conseguisse terminar esse curso, ao apoio, amor, dedicação, paciência que todos tiveram comigo, aos momentos de risadas, desespero, ao companheirismo de sempre, em especial aos meus queridos e queridas amigas; Aline Mota, Camila Mariane, Livia Braga, Christianny Kelly, Ana Claudia Martins, Suzete, Luiza, José Barbosa Neto, Samuel Amaral, e a todos os outros que não lembrei mais que fazem parte dessa caminhada.

Aos professores; Silvia Nogueira, Wembley Lucena, Luiza Rosa, Júlio Cesar Medina, que me ajudaram a ser uma pessoa com uma visão mais ampla do mundo, através do conhecimento que adquiri durante esses quatro anos de graduação, e aos demais que fizeram parte da minha graduação.

Às funcionárias da UEPB, Sandra e Niedja pela paciência e dedicação que sempre tiveram para com os alunos da Universidade, e sempre me foram simpáticas e me ajudaram.

Aos amigos da Xerox, Dedé e demais, por sempre serem solícitos e quando necessário, sempre ajudaram com xerox fiado.

E aos amigos que não citei, mas que estão presentes no meu coração funcionários da UEPB, e professores que me ajudaram na minha formação acadêmica.

“[...] não tenho poder para mudar o mundo, ou qualquer parte significativa dele. Posso apenas mudar a mim mesmo. [...] A questão é que, se eu mudar, em consequência, alguma coisa pode acontecer que conduza a uma mudança no mundo.” Manfred A. Max-Neef.

RESUMO

Os parâmetros Educacionais propostos pela ONU-UNESCO, tem como propósito ajudar os países membros, principalmente os em desenvolvimento a implementarem uma educação de qualidade para seus cidadãos. Este trabalho busca investigar como estes parâmetros estão sendo aplicados na educação de base no Brasil e de que maneira isso tem contribuído para o ensino nas escolas brasileiras. A UNESCO agência especializada em educação com mandato oficial designando pela ONU, tem sido uma das principais agências que fazem cooperação com o Brasil para aplicação de atividades que visam à melhoria no ensino público do país. Dessa forma o objetivo do trabalho é investigar como esses padrões advindos de agências internacionais tem contribuído para a implementação de uma educação de qualidade e a formação dos cidadãos brasileiros. Com isso o trabalho utilizará a metodologia qualitativa com análise documental e bibliográfica, para verificar o contexto educacional brasileiro, e de que forma têm sido aplicadas as políticas públicas educacionais a partir dessa cooperação com as agências internacionais. Por fim esse trabalho pretende verificar quais as principais dificuldades na implementação das políticas públicas educacionais no Brasil, e analisar se os programas educacionais seguem uma política voltada para a formação de uma sociedade consciente.

Palavras-Chave: Educação de Base brasileira. Parâmetros educacionais da ONU-UNESCO. Formação Cidadã.

ABSTRACT

The educational parameters proposed by UN-UNESCO are intended to help member countries, especially developing countries, to implement quality education for their citizens. This study aims to analyze how these parameters are being applied in basic education in Brazil and how this has contributed to teaching in Brazilian schools. The UNESCO agency specializing in education with official mandate appointed by the UN, has been one of the main agencies that cooperate with Brazil to implement activities aimed at improving public education in the country. Thus, the objective of the study is to investigate how these standards from international agencies have contributed to the implementation of quality education and the training of Brazilian citizens. This work will use the qualitative methodology with documentary and bibliographic analysis to verify the Brazilian educational context, and how public educational policies have been applied based on this cooperation with international agencies. Finally, this paper intends to verify the main difficulties in the implementation of public educational policies in Brazil, and to analyze if the educational programs follow a policy aimed at the formation of a conscious society.

Keywords: Basic Education in Brazil. Educational parameters of UN-UNESCO. Citizen Training.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CNE	Conselho Nacional de Educação
ECA	Estatuto da criança e do adolescente
EIP	Programme for International Student Assessment
FUNDEF	Fundo de Manutenção e desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério
LDBE	Lei de Diretrizes e Bases Nacionais
MEC	Ministério da Educação
OCDE	Organização de Cooperação e de desenvolvimento Econômico
ONU	Organizações das Nações Unidas
PEA	Programas de Escolas Associadas

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
1 EDUCAÇÃO COMO BASE PARA UMA SOCIEDADE MAIS CONSCIENTE	15
1.1 Análise dos parâmetros educacionais das Nações Unidas- ONU.....	15
1.2 Implementação dos parâmetros da ONU/UNESCO no Brasil	17
1.3 Educação de base no Brasil e a teoria neoinstitucional	21
2 EDUCAÇÃO DE BASE NO BRASIL	25
2.1 Sistema de cooperação entre Brasil e UNESCO nas ações educacionais	25
2.2 Alicerce da educação brasileira a partir dos parâmetros da ONU	27
2.3 Aferição acerca dos parâmetros educacionais propostos pela ONU, UNESCO e aplicação no Brasil.....	29
3 ANÁLISE SOBRE A CONTRIBUIÇÃO DOS PROGRAMAS (ONU/UNESCO) APLICADOS NO BRASIL.....	33
3.1 Programas educacionais internacionais, que fazem parceria com o Brasil têm contribuído para a educação brasileira	33
3.2 Desafios à implementação das políticas de educação de nível internacional no Brasil.	36
3.3 Os programas educacionais brasileiros vocacionados para a formação de uma sociedade consciente	39
CONCLUSÕES.....	42
REFERÊNCIAS	45

1 INTRODUÇÃO

A Organização das Nações Unidas - ONU existe com o propósito de ajudar os países a se relacionarem de forma mais harmoniosa, de maneira que há a discussão de várias pautas de interesses dos países no mundo.

Dessa maneira uma das questões mais pertinentes discutidas nas reuniões e a questão educacional no mundo, e os parâmetros que a ONU com apoio da Organização educacional científica e culturais das Nações Unidas-UNESCO, propõe com programas de educação para os países signatários, desta forma existe uma programação educacional juntamente com uma cooperação entre essas organizações e os países que adotam esses parâmetros.

A partir dessas questões a pesquisa pretende investigar os parâmetros educacionais propostos pela ONU, em conjunto com a UNESCO, é buscar compreender como esses parâmetros estão sendo aplicados no Brasil.

Partindo das políticas públicas educacionais do ensino de base no Brasil que é o foco dessa pesquisa para a formação do cidadão, através da conscientização político-democrática, participativa e transformadora, nas escolas e nas comunidades através de uma educação crítica, por meio de uma cooperação com os programas da UNESCO e os parâmetros da educação da ONU.

Dessa forma procura-se entender, se a diretriz educacional tem sido aplicada de forma eficaz é se há uma preocupação na formação de jovens com um aparato adequado que possam receber uma educação com acesso a informação para a construção de suas vidas sociais com consciência política.

Assim o trabalho pretende fazer um estudo histórico voltado para o período que compreende aos anos de 2003 a 2010, sobre os aspectos educacionais brasileiros e a formação de seus cidadãos, além disso, a pesquisa atenta para a importância da educação na formação a longo prazo do cidadão consciente, assim como um instrumento que contribui para esse crescimento pessoal, como parte integrante da dignidade humana.

A teoria a ser trabalhada será a neoinstitucional com a finalidade de compreender de que maneira as diretrizes educacionais advindas das instituições internacionais- ONU e UNESCO- estão sendo implementadas para um ensino de qualidade na formação dos cidadãos brasileiros no ensino de base no Brasil.

Sendo assim a educação é um dos princípios fundamentais para a dignidade humana, e a base para formação de uma sociedade democrática consciente, assim como uma das bases de um país para seu desenvolvimento de forma organizada e eficaz, além de ser um

dos direitos do cidadão, por isso esse tema foi escolhido por se tratar de uma questão ainda muito discutido no mundo e ser um das questões mais pertinentes discutida nas Nações Unidas, e assim faz-se tão necessário se debruçar sobre as preocupações relacionadas a educação no Brasil.

A Organização das Nações Unidas - ONU criada em 1945, no pós-guerra onde o mundo estava passando por um período de destruição, por ter vindo de guerras sangrentas, preocupou-se com a importância da educação como fator basilar para a reconstrução dos países, e surgiu a discussão a esse respeito nos primeiros trabalhos da Comissão de Direitos Humanos na ONU, e assim como uma maneira também de levar a paz ao mundo.

Dessa forma de acordo com a Carta da ONU (1948) faz se necessário relembrar que no art. 26 da Declaração dos Direitos Humanos (1948), preceitua que a educação deve ser vinculada a três objetivos específicos: primeiro, o pleno desenvolvimento da personalidade e o fortalecimento do respeito aos direitos do ser humano e as liberdades fundamentais; segundo, a promoção da compreensão, da tolerância e da amizade entre todas as nações e todos os grupos raciais e religiosos; terceiro, incentivo às atividades da ONU para a manutenção da paz.

Embora esses princípios sejam amparados em alguns pontos, como nos art. 22, 26 e 29, esse trabalho busca amparar-se no art. 26 que consagra o direito a educação e afirma: a educação será orientada no sentido do pleno desenvolvimento da personalidade humana.

A partir de então a pesquisa pretende investigar as formas como a educação tem sido empregada no Brasil para a construção da sociedade com direitos ao acesso à educação gratuita e de qualidade e como as políticas públicas tem se preocupado com a consagração desse direito fundamental do ser humano, que visa formar pessoas dignas em uma sociedade democrática e politicamente consciente.

Dessa maneira a importância da pesquisa em questão está na busca por questionamentos e respostas através da análise sobre os princípios universais que garantem o direito a educação para os cidadãos, e se o estado brasileiro é signatário desse princípio que consta na carta da ONU e se o Brasil, em sua constituição, tem levado em consideração de forma prática esse princípio basilar na construção de sua sociedade.

Assim buscando mostrar a importância desse tema para as Relações Internacionais por se tratar de um dos princípios fundamentais abordados no início das discussões sobre a construção de uma sociedade mais consciente e voltada para a paz, na Comissão dos Direitos Humanos.

Como também na intenção de conhecer melhor a realidade da educação brasileira que forma jovens e adultos na sociedade com a preocupação de entender como a educação política democrática é transformadora pode mudar a realidade do povo brasileiro.

Por isso o direito a educação se faz indispensável na construção social e na formação do indivíduo, sendo assim o foco dessa pesquisa e as políticas públicas na área da educação no Estado brasileiro.

A partir dessa conjuntura os objetivos desta pesquisa se debruçará para investigar as ações de trabalhos realizados dentro das escolas por meio dessas diretrizes advindas dessas agências internacionais, como também entender de que forma essas diretrizes têm sido aplicadas nas políticas públicas educacionais de base no Brasil. Assim como procurar identificar a construção educacional através dos programas da UNESCO no Brasil, e de que maneira isso tem contribuído ou não para a formação dos cidadãos.

Diante desses objetivos o trabalho será fundamentado numa análise baseada na abordagem qualitativa, uma vez que pretende analisar a realidade educacional do Estado brasileiro, direcionada pontualmente para as dificuldades enfrentadas na aplicação no ambiente doméstico com vistas na comunidade internacional, as políticas públicas educacionais.

Nesse contexto a educação básica do Brasil tem passado por um período de preocupação por alguns fatores que vem ocorrendo na sociedade entre eles está a evasão escolar de alunos que passam por condições social de risco, que condiciona os jovens a buscarem um ambiente violento, das drogas, a própria falta de estrutura familiar adequada entre outros fatores, por isso muitos deles julgam lhes trazer melhor situação esses espaços que lhes traz a ilusão de uma vida melhor, outros fatores como a busca por uma situação econômica melhor para as famílias para que os jovens não precisem deixar as salas de aula para trabalhar.

Além do mais a falta de uma continuação em projetos para a educação também e um problema para se ter uma educação básica adequada e continua, muitas vezes acontece de não haver um cumprimento da exigência constitucional do financiamento escolar exigidas pelas várias esferas do governo federal, estadual e municipal.

Assim para melhor investigar essas questões o trabalho requer um levantamento de dados que possam fornecer conteúdo histórico, sociais, culturais, políticos e econômicos, além de buscar rever as diretrizes internacionais que o Brasil e signatário, e os programas Internacionais que o Estado brasileiro tenha parceria para o fortalecimento do sistema de ensino.

E assim compreender melhor os problemas enfrentados nessa área, dessa maneira a pesquisa contará com levantamento bibliográfico, assim como utilizara o método dedutivo partindo do tema geral para se chegar ao caso específico brasileiro, no campo tanto das Relações Internacionais como no ambiente doméstico do país.

Para melhor compreender a análise sobre esse tema pertinente na formação da sociedade brasileira, esse trabalho será dividido em três capítulos, o primeiro tratará da educação como base para uma sociedade mais consciente, que contara com os tópicos 1.1- análise dos parâmetros educacionais das Nações Unidas- ONU, 1.2 – Implementação dos parâmetros da ONU/UNESCO no Brasil 1.3 - educação de base no Brasil e a teoria neoinstitucional, capítulo 2: educação de base no Brasil, 2.1- Sistema de cooperação entre Brasil e UNESCO nas ações educacionais, 2.2 Alicerce da educação brasileira a partir dos parâmetros da ONU, 2.3 – Aferição acerca dos parâmetros educacionais propostos pela ONU/UNESCO e aplicação no Brasil, 3: Análise sobre a contribuição dos programas(ONU/UNESCO) aplicados no Brasil, 3.1 Programas educacionais Internacionais, que fazem parceria com o Brasil têm contribuído para a educação brasileira, 3.2 - Desafios à implementação das políticas de educação de nível internacional no Brasil, 3.3 - Os programas educacionais brasileiro vocacionados para a formação de uma sociedade consciente.

1. EDUCAÇÃO COMO BASE PARA UMA SOCIEDADE MAIS CONSCIENTE

1.1 ANÁLISE DOS PARÂMETROS EDUCACIONAIS DAS NAÇÕES UNIDAS - ONU

Os parâmetros educacionais da ONU-UNESCO que tem servido como base para os países signatários que acabam influenciando os demais países, tem o propósito de oferecer uma educação de qualidade para todos, tem sido os trazidos pela UNESCO, que desde o ano de 1945, ano de sua criação, no período do pós-guerra, surgiu com o objetivo de manter a paz entre as nações através de uma cooperação que garantiria essa paz, e o desenvolvimento dos Estados.

De acordo com a UNESCO¹ (2018) atualmente ela conta com 193 países membros, que buscam resolver seus problemas sociais, essa instituição também tem atuado em áreas

¹ Representação da UNESCO no Brasil. Disponível em:<<https://unesdoc.unesco.org/>>. Acesso em: 25 maio 2018.

como: educação, Ciências Humanas, Ciências Naturais e sociais, Cultura, comunicação e Informação.

Outro ponto importante é que a UNESCO é uma agência vinculada a ONU, que surgiu com o objetivo de estabelecer cooperação entre as Nações, e no Brasil essa parceria se deu em 1964, e suas atividades iniciou-se em 1972 com seu escritório instalado em Brasília, essa parceria tem como foco a educação de qualidade para todos, para o desenvolvimento humano e da sociedade, (UNESCO, 2018).

Com isso essa instituição tem desenvolvido projetos com parceria técnica com o governo federal, municipal e estadual e com a própria sociedade civil e a iniciativa privada, assim como tem apoiado na construção de políticas públicas que buscam um mesmo objetivo que esteja de acordo com as metas estabelecidas pelos membros da Organização. Esses padrões são postos em prática no Brasil através de um composto de convenções internacionais, e programas intergovernamentais, assim como são firmados acordos de cooperação no âmbito do planejamento e prática de políticas de ciências e tecnologia, educação ciência, avaliação de recursos hídricos, educação ambiental, estabelecimento de reservas da biosfera e Sítios do patrimônio mundial. (UNESCO, 2018).

As políticas educacionais empregadas pela UNESCO tem buscado estabelecer um vínculo de cooperação com os países para ajudar em seus desenvolvimentos, auxiliando na resolução de problemas sociais que visam levar um ambiente mais harmônico e um mundo interdependente, dessa forma a UNESCO também conta com outros programas educacionais que buscam esses objetivos um deles é o PEA (Programas de escolas associadas)² que deu início as suas atividades em 1953, esse programa é uma rede mundial com mais de 8.500 instituições educacionais espalhadas por 180 países (PEA-UNESCO, 2017).

Esse programa inclui o ensino de base, abrangendo creche, pré-escolas, escolas primárias, secundárias, entre outras instituições educacionais, com o propósito de trabalhar no sentido de fomentar a prática e a cooperação Internacional, através de diálogo intercultural, além de visar também o desenvolvimento sustentável e a educação de qualidade.

Esses programas tem papel fundamental para a formulação de políticas públicas que se direcionam para que a sociedade tenha acesso a educação de qualidade que possa proporcionar o desenvolvimento de suas capacidades intelectual, cultural e financeira, assim jovens, crianças e adultos devem estar na circunstância de beneficiar-se de oportunidades

² Escolas associadas da UNESCO - Coordenação Nacional BRASIL. Disponível em: <<http://www.peaunesco.com.br>> Acesso em: 25 set 2018.

educativas que estejam direcionadas para corresponder às suas necessidades básicas de aprendizagem, que inclui tanto a necessidade de disponibilizar instrumentos para a aprendizagem da leitura, como da escrita, a matemática, e a própria noção de ter condições intelectual para tornar essas pessoas capazes de contribuir para uma sociedade consciente de seus direitos e deveres, para poderem contribuir na construção de seu país para que se torne mais independente.

Por isso esses programas de educação se fazem tão importante no desenvolvimento humano, através de uma educação de base de qualidade, fazendo com que se tenha um enriquecimento cultural, dos valores morais, e assim a sociedade possam encontrar sua própria identidade e sua dignidade, com um trabalho contínuo e de capacitação adequada.

1.2 IMPLEMENTAÇÃO DOS PARÂMETROS PROPOSTOS PELA ONU/UNESCO NO BRASIL

A educação é uma prioridade em nível mundial, e a declaração Universal dos direitos humanos prolongada pela Organização das Nações Unidas (ONU), no ano de 1948, deixa claro que a educação tem como objetivo o total desenvolvimento do ser humano como também o fortalecimento do respeito aos direitos humanos e as liberdades fundamentais.

Dessa forma a educação tem sido um dos pilares para os países buscarem seu pleno desenvolvimento através de agendas que firmem suas bases em uma sociedade consciente, igualitária, é preparada para formação de cidadãos críticos que sejam capazes de contribuir para um ambiente mais democrático.

Nesse contexto o Brasil tem sido um país que tem buscado seu pleno desenvolvimento, é uma de suas prioridades para alcançar esse objetivo é através de programas educacionais, desse modo o ensino de base tem estabelecido o plano nacional comum, que atualmente está vinculado a base nacional comum curricular que diz respeito a um programa de políticas públicas que abrange ensinos escolares diversificados, mas que comportam um todo integrado, esse programa é direcionado principalmente para o ensino fundamental (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2018).

No Brasil os programas que auxiliam na promoção da educação de qualidade para todos como o PEA, tem posto em prática suas atividades no sentido de firma bases no fortalecimento dos tidos quatro bases fundamentais da educação direcionadas para o século XXI (UNESCO-PEA, 2017).

Assim a rede dirige seus esforços no sentido de priorizar a educação de qualidade para todos, três pilares discutidos na Comissão Internacional para a educação com foco para o século XXI, propõe que os esforços desses pilares estão no sentido de:

- 1- Aprender a conhecer, aprender a aprender, aprender a fazer; desenvolvimento das habilidades e competências que resultem na aplicação do aprendizado.
- 2- Aprender a ser, buscar do autoconhecimento, autoestima, pensamento crítico e criatividade.
- 3- Aprender a conviver; desenvolvimento da percepção de interdependia, respeito e valorização do próximo (UNESCO, 2015).

Iniciando a partir dos projetos primários a rede para o desenvolvimento através de uma educação para todos de forma igualitária, tem levado a contribuições significativas para área educacional baseada nesses três pilares.

Fica claro um dos objetivos implementados pela Convenção da UNESCO em seu art. 1º, que trata essa questão da educação como forma de levar dignidade para a sociedade através de uma educação de qualidade, de acordo com esse artigo:

“O propósito da Organização é contribuir para a paz e a segurança. Promovendo colaboração entre as nações através da educação, da ciência e da cultura, para o fortalecimento o respeito universal pela justiça, pelo estado de direito, e pelos direitos humanos e liberdades fundamentais, que são afirmados para os povos do mundo pela Carta das Nações Unidas, sem distinção de raça, sexo, idioma ou religião”. (UNESCO, 1946, p. 12).

A UNESCO trabalha em diversas frentes, com destaque principal para o estabelecimento de uma cultura direcionada para levar a paz, para isso seu trabalho tem envolvido esferas diversificadas entre elas está o fomento da educação que tem sido uma das bases para países que enfrentam fragilidades internas no sistema de ensino conseguirem implantar uma educação de qualidade para seus cidadãos. Com isso essa agência tem buscado levar por meio de programas melhorias na educação, e através disso poderem utilizar dessa ferramenta para a construção de uma formação digna para a sociedade de maneira mais adequada.

Em relação ao que já foi exposto anteriormente o PEA tem sido um grande aliado da UNESCO nesse sentido, pois tem direcionado seus esforços para o campo educacional, assim como a UNESCO, esse programa foi desenvolvido no período do pós-guerra.

O PEA se faz presente em 130 Países entre eles o Brasil que é signatário, e a partir de 1997 tem atuado de forma mais intensa, direcionando seu objetivo para a formação de uma

rede de Internacional de escolas que tem o propósito de trabalhar a cultura para a paz (PEA, 2017).

Dessa forma vale salientar para a importância da aplicação interna de políticas públicas que sejam capazes de colocar em prática a construção de um ambiente educacional que tenha condições de propulsão aos alunos aqui com foco para os do ensino de base, condições acessíveis que lhes sejam adequadas, a programas educacionais que visam a melhoria do aprendizado, e que tenha como instrumento a maneira democrática de formação com acesso a informações é a condições adequadas que uma educação digna possa proporcionar de forma aprimorada para fornecer uma maneira de conduzir uma sociedade igualitária.

Embora um país venha ser signatário de órgãos que tenham como objetivo a prática de melhorias na sociedade, em diversas esferas, a forma como é aplicado muitas vezes se torna um entrave em nível interno, pois devem ser vistos também a realidade doméstica de cada país, os princípios a serem trabalhados muitas vezes não são aplicados ou são negligenciados, é isso que pode levar a falhas, na base da sociedade principalmente no âmbito da educação.

Por isso se faz tão primordial, a construção de um ambiente adequado para as práticas de qualificação das crianças e jovens no meio escolar e educacionais capacitadas para a formação de uma sociedade, consciente para assim calcar as bases do desenvolvimento de um país. Dessa maneira a educação de qualidade é um direito assegurado pela Constituição da República brasileira, e pelo estatuto da criança e adolescente (ECA).

Contudo a educação tem sido um alicerce indispensável para se pensar em mudança, no sentido de proporcionar uma base para a sua população se desenvolver intelectualmente, para no futuro reverberar sobre todo o país, fomentando um estado qualificado, na esfera política, econômica social, cultural etc., nesse sentido a constituição brasileira afirma que:

Art. 205, A educação, e direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: I- igualdade de condições para o acesso e permanência na escola [...] (Constituição da República Federativa do Brasil, 1988).

Dessa forma o Estado deve garantir o acesso à educação de qualidade, para assim promover o desenvolvimento humano na sua plenitude, condições de liberdade, dignidade e respeito às diferenças.

A educação tem sido um dos problemas na qualificação da sociedade brasileira, o país tem passado por dificuldades em várias esferas entre elas está as práticas educacionais nas

escolas principalmente as escolas públicas, é isso tem afetado de forma direta a aplicação desses direitos básicos, vistos tanto na constituição interna do país como nos parâmetros cotados nos direitos humanos.

Algumas diretrizes devem ser seguidas para que os programas da educação possam funcionar de forma coerente, é para que uma instituição possa conversar com outra para que as políticas públicas não sofram um desestímulo e acabem ficando no meio do processo.

Nessa perspectiva, e no contexto da estrutura federativa brasileira, em que convivem sistemas educacionais autônomos, faz-se necessária a institucionalização de um regime de colaboração que dê efetividade ao projeto de educação nacional. União, Estados, Distrito Federal e Municípios, cada qual com suas peculiares competências, são chamados a colaborar para transformar a Educação Básica em um conjunto orgânico, sequencial, articulado, assim como planejado sistematicamente, que responda às exigências dos estudantes, de suas aprendizagens nas diversas fases do desenvolvimento físico, intelectual, emocional e social. (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2013, p.19)

Dessa forma que devesse haver um maior engajamento dos poderes institucionais tanto interno como também um aproveitamento maior dos programas advindos de fora através de instituições internacionais que buscam parceria com países como o Brasil para ajudar na implementação de sistemas educacionais de qualidade, assim se faz necessário uma melhor articulação política do poder federal para oferecer uma implantação das políticas educacionais no Brasil, de forma duradoura e eficaz.

A educação deve proporcionar um meio de igualdade entre as pessoas, as áreas públicas e privadas não podem se distanciar tanto na formação de seus jovens, pois é na educação que se pode adquirir uma sociedade mais igual e capaz de vencer os problemas, culturais, econômicos, sociais, na política e na saúde, etc.

Com isso a UNESCO tem trabalhado no Brasil no sentido de auxiliar na inclusão social, redução da pobreza e das desigualdades, juventude e prevenção da violência, através de atividades, programas e projetos que são acordados com, municípios, estados e governo federal, um desses trabalhos está nas escolas públicas que são abertas no final de semana para oferecer para a população atividades esportivas, culturais, recreação, para dessa maneira diminuir o índice de jovens que procuram os meios violentos para suas vidas, esse programa a escola aberta e mais uma parceria trazida pela UNESCO para estabelecer nos países membros uma forma de levar dignidade para a formação dos jovens como também ajuda a uma sociedade em geral, dessa forma;

Educação básica compreende a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio, e tem por finalidades desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores, contribuindo para a redução das desigualdades

sociais. Para tanto, é fundamental que se considere os princípios da equidade e da valorização da diversidade, os direitos humanos, a gestão democrática do ensino público, a garantia de padrão de qualidade, a acessibilidade, a igualdade de condições para o acesso e permanência do educando na escola. (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2016).

Esses direitos de acesso à educação para todos tem seu fundamento em uma das diretrizes do Plano Nacional de Educação que compreende no período de 2011 a 2020, que se encontra no projeto de Lei N 8.035/2010, que ainda se encontra em tramitação no Congresso Nacional (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2016).

Muitas ações são desenvolvidas pelo MEC (Ministério da Educação) com parcerias importantes para a educação, no sentido de melhorar a qualidade da educação no país, visando uma melhor qualificação dos jovens, crianças e adultos, para alcançarem uma infraestrutura social, mais igualitária.

1.3 EDUCAÇÃO DE BASE NO BRASIL E A TEORIA NEOINSTITUCIONAL

Para se compreender melhor esse processo de implementação das atividades dessas organizações em conjunto com as políticas públicas educacionais brasileira, para promover um ambiente satisfatória a nível educativo no processo a longo prazo, um dos princípios basilares para se entender como tem sido esse processo, e através da teoria neoinstitucional assim sendo e a que melhor se aplica no sentido de explicar as práticas da burocracia das instituições na demanda das políticas públicas.

Nesse caso os atores envolvidos, ou seja, a UNESCO, (PEA), o Brasil, e outras instituições, direcionadas para fornecer um meio adequado para atender as demandas sociais, e assim resolver os problemas que os afronta, tem buscado a cooperação entre as várias instituições que podem fornecer instrumentos para alcançar esses objetivos, a parceria entre Municípios, Estados, governo federal e essas instituições internacionais no Brasil, e suas burocracias que tem a capacidade de produzir políticas públicas para sanar esses problemas a longo prazo na sociedade.

Dessa forma para o neoinstitucional, as práticas das instituições se darão:

As ações do Estado, implementadas por seus funcionários, obedecem à lógica de buscar reproduzir o controle de suas instituições sobre a sociedade, reforçando sua autoridade, seu poder político e sua capacidade de ação e controle sobre o ambiente que o circunda. A burocracia estatal, especialmente a de carreira, estabelece políticas de longo prazo diversas das demandadas pelos atores sociais. Suas ações buscam propor visões abrangentes sobre os problemas com que se defrontam. A capacidade que a burocracia tem de elaborar e implementar políticas é, em parte, resultante do controle que ela exerce (SKOCPOL apud ROCHA; CARLOS, 2005 p. 14)

Assim os programas estabelecidos pelas instituições têm garantido um processo de transformação nos países membros, através de ações que tem o intuito de atender as dificuldades no aprendizado e na qualificação da sociedade, hoje o PEA tem como objetivo estimular as escolas associadas a disponibilizar um tipo de educação diferenciada e de qualidade que possa oferecer um meio educativo dentro da inclusão social, para a construção de uma sociedade mais consciente e igualitária (PEA-UNESCO, 2014).

O PEA conta com uma programação Internacional que possui quatro condutas principais: busca do conhecimento cultural, com o objetivo de oferecer um contato com outras culturas, para que os estudantes possam aprender a lidar com os desafios diferentes advindos do mundo globalizado, a cultura da paz e os direitos humanos, sendo um dos principais objetivos desde sua criação é a educação para o desenvolvimento, que se tornou um dos principais desafios para os países do mundo, que norteia todas as áreas do conhecimento e leva a questionamentos direcionados aos valores sociais. E por último e não menos importante o sistema das Nações Unidas que tem por finalidade desenvolver meios através de projetos para apresentar aos estudantes, professores e a toda sociedade que se incluam no ambiente escolar, o conjunto de conteúdos que explique a razão e o funcionamento dessas instituições; ONU, UNESCO, PEA (PEA, 2016).

O Brasil é um dos países que coopera com o PEA, sendo signatário, mas só em 1996 que esse programa foi posto em prática no Brasil, através da criação da Coordenação Nacional na cidade do Rio de Janeiro, por meio de Vera Gissoni. O objetivo principal do PEA aqui no Brasil foi implementar nas escolas associadas uma cultura de paz, no meio local e no resto do país (PEA, 2016)

Hoje essa implementação desses objetivos vai além da introdução da cultura de paz e da busca pelo aprendizado de qualidade, buscando também que as escolas associadas se direcionem para atividades no meio internacional proposto pela ONU (SHULTZ e GUIMARAES-OISIF, 2009, p. 4).

Atualmente o Brasil possui 380 escolas associadas, entre instituições públicas e privadas, que se localizam entre os centros urbanos e interiores que conta com diferentes diretrizes educacionais, que também inclui a comunidade quilombola e os indígenas. Dessa forma as escolas que procuram participar desse trabalho propostos por essas instituições devem apresentar compromisso com os valores apresentados pela UNESCO, em conjunto com a apresentação de projetos que incluam alguns propostos que vão de acordo com as normas dessas instituições, UNESCO, PEA e ONU, esses valores compartilhados incluem; os

direitos humanos, educação de qualidade e que busque um ambiente harmonioso, contato com outras culturas, dentre outros (UNESCO, 2017)

Assim as escolas que participam desses programas têm a obrigação de enviar dois relatórios explicitando o que foi realizado de seus projetos durante o ano, que deve ser enviado até o mês de março, e o outro relatório final no mês de novembro, nos relatórios devem ser traduzido para outra língua que seja, o inglês, ou espanhol, ou francês, por serem línguas oficiais da ONU. E em conjunto com essas normas, os profissionais como professores, administrador que esteja como responsável pelo PEA nas escolas, devem se disponibilizar a participar de atividades promovidas em eventos oferecidos pelas Coordenações locais ou Nacionais (PEA, 2016).

Portanto existe todo um aparato oferecido pelas instituições para que em conjunto com os países membros e sua sociedade, os problemas na área educacional tenha um maior incentivo na busca de uma resolução, embora seja importante destacar que a UNESCO assim como o PEA não disponibiliza recursos financeiros, o que acontece é que as escolas devem procurar uma cooperação umas com as outras, além de buscarem uma parceria com instituições públicas e privadas, tanto local como nacional até mesmo internacional, para poderem garantir os investimentos financeiros necessários para a implantação de suas atividades, educacionais, tecnológicas, e todos os projetos que as escolas tenham produzido (MARUN, et al , 2016. SHULTZ e GUIMARAES-IOSIF, 2009).

Para a UNESCO desde a década de 1990 seu principal foco tem sido levar educação de qualidade para todos, com isso os projetos realizados nas escolas associadas passam por todos esses processos, de acordo com as normas e os parâmetros estabelecidos pela UNESCO (UNESCO, 2005).

E no Brasil esses programas são contemplados nas políticas públicas educacionais do Estado e assegurados pela Carta das Nações Unidas que exprime;

Seu principal objetivo é contribuir para a paz e segurança mediante o fomento da colaboração entre as nações através da educação, da ciência e da cultura bem como das comunicações, de modo a incentivar o respeito universal pela justiça, pelo império da lei e pelos direitos humanos e liberdades fundamentais, que sem distinção de raça, sexo, idioma ou religião são assegurados a todos os povos do mundo pela Carta da ONU (NAÇÕES UNIDAS, 2017, p. 21)

Enfim a educação tem sido uma preocupação mundial, e os Países tem demonstrado interesse em cooperar para oferecer uma qualificação adequada para suas populações, os estados têm logrado esforços para criar uma base pedagógica de qualidade em suas escolas. No Brasil essa parceria tem sido cada vez mais apreciada, e posta em prática nas escolas que seguem essas normas, a política pública educacional brasileira atualmente basear-se pelo

Plano Nacional de Educação, de acordo com a Lei nº. 10.172, de 9 de janeiro de 2001 (art.1º fica aprovado o plano Nacional de Educação, com duração de dez anos), se faz necessário um plano que abrange a todos por buscar um trabalho educacional a longo prazo, que não venha a ser desfeito depois por mudança de governo, e assim que não haja uma perda dos trabalhos já existentes na educação (POETELA, 2013, p. 5).

Dessa maneira os parâmetros curriculares Nacionais acreditam que uma sociedade participativa e mais independente, através do conhecimento, pode proporcionar capacidade intelectual de fazer escolhas mais conscientes, que inclua um diálogo e reflexão a respeito da diversidade cultural, regional, política, religiosa, dentre outros. No intuito de proporcionar para os estudantes acesso aos meios culturais diversos, além de outros recursos literários e práticos na escola, e fora dela incluindo temas como; meio ambiente, saúde, questões éticas, entre outros temas importantes tanto a nível nacional como internacional. Por isso e de suma importância uma sociedade escolarizada, para proporcionar acesso a trabalhos qualificados, de maneira igualitária, hoje os esforços para que a educação de qualidade chegue para todos tem sido uma prioridade dos estados, com o advento da globalização e os novos temas que surgiram assim como: a tecnologia, quem tem sido um dos principais movimentos de transformação no mundo, a partir disso houve uma preocupação de oferecer um sistema pedagógico igual para todos, e diminuir o índice de alfabetismo no mundo, assim surgiu o parâmetro curricular comum, que ultrapassa a ideia de educação igual para todos como meio apenas de justiça social, assim com as novas tecnologias, a busca dos países pelo desenvolvimento, e a inclusão de novos temas nos discussões mundiais, levou os países a direcionarem seus esforços numa cooperação com essas instituições, é assim tentar diminuir as desigualdades entre os países ricos e os em desenvolvimento. Mas embora haja todo um esforço para diminuir a distância econômica, social, educacional, dentre outras entre os Estados, e ainda com a interferência da globalização parece que continuam em curso as diferenças entre os países ricos e os pobres.

Perante os novos desafios que se apresentaram a UNESCO, de acordo com sua proposta tradicional, entendendo os problemas na área educacional, e as mudanças que ocorriam, em 1993 foi criada a Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI, com o propósito de fazer um apanhado geral dos novos acontecimentos diante dos novos temas que surgiram por conta da globalização (WERTHEIN, et al, 2005, p. 18.) com isso as demandas sociais continuam cada vez mais desafiando os países na busca por soluções duradouras, é um dos princípios básicos para romper com os problemas de ordem pública tem sido buscar apoio, na implementação de políticas públicas educacionais que possa garantir

acesso da população aos instrumentos adequados no aprendizado, para assim formar cidadãos cientes, e qualificados.

2 EDUCAÇÃO DE BASE NO BRASIL

2.1 SISTEMA DE COOPERAÇÃO ENTRE BRASIL E UNESCO NAS AÇÕES EDUCACIONAIS

Em primeiro lugar é de suma importância destacar que essa cooperação entre o Brasil é a UNESCO se deu por acreditar que o desenvolvimento social, parte de um incentivo nos alicerces da educação de base, para que a escola possa produzir mudanças nas camadas sociais, e assim reverberar numa sociedade mais justa e igual. Assim a cada nova geração as demandas na área educacional aumentam e o acesso a trabalhos qualificados se tornam cada vez mais difícil é tão necessário, dessa maneira essa parceria tem sido no sentido de propiciar um ensino bem elaborado para auxiliar em um retorno na sociedade de maneira eficaz, promovendo o desenvolvimento econômico, intelectual, cultural e etc. Por isso que podemos fazer uma relação direta entre o acesso a empregos que exige um nível de qualificação, média salarial mais alta, é desenvolvimento social, através de políticas públicas educacionais efetiva continua e de qualidade, assim aqueles que não tem acesso a escolarização quando buscam se inserir no mercado de trabalho acabam perdendo a oportunidade de ingressar em um emprego bom que proporciona salários mais alto, entre outros fatores que afeta diretamente a vida social.

Na constituição brasileira consta que o compromisso do Estado se dá mediante o cumprimento de acordo com o art. 208, que diz;

- I - Educação básica obrigatória e gratuita dos 4 aos 17 anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria;
- II - Progressiva universalização do ensino médio gratuito;
- § 1º O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo.
- § 2º O não-oferecimento do ensino obrigatório pelo Poder Público, ou sua oferta irregular, importa responsabilidade da autoridade competente(CONSTITUIÇÃO FEDERATIVA DO BRASIL, 1988).

Assim o estado brasileiro tem o dever de oferecer educação básica para sua população, de acordo com MEC(2018) os números mostram que em 2016 foram matriculados 531.843, passando para 554.319 em 2017, no ensino básico em escolas públicas são 83,3% no ensino inicial, 18,4%. em escolas da rede particular.

No Brasil no ensino fundamental tem 27,3 milhões de alunos matriculados, divididos em 15,3 milhões no anos iniciais e 12 milhões nos anos finais, desses número os municípios ficam com 68% das 83,3% da rede pública, 14,9% dos anos finais fica com a rede particular de ensino, 7,9% de matriculados no ensino médio, que teve uma queda de 14,2% entre os anos de 2013 a 2017(MEC,2018).

É evidente que, e da responsabilidade de uma educação de qualidade, passar por um investimento contínuo e duradouro pelo estado, de modo que possa levar qualidade democrática, senso crítico aos seus cidadãos, pois grande parte dos estudantes desse país está matriculada ou já passou pela rede pública.

No Brasil vigora em sua legislação em relação a educação, a lei federal nº. 13.005 de 25 DE JUNHO de 2014, que diz respeito ao Plano Nacional de educação, que preceitua das políticas públicas voltadas para a implantação de melhorias na qualidade educacional no ensino de base, visando diminuir as desigualdades vigentes no país. As diretrizes educacionais do estado brasileiro concretizadas no plano nacional para a educação (PNE), passando também pelos planos estaduais de educação (PEE) e os dos municípios o (PME), afirma que é direito indispensável de crianças, jovens e adultos o acesso à educação (MORAIS et al 2017).

Para Moraes (2017) há uma incongruência ou mesmo uma distorção entre o que diz a lei de diretrizes e bases da Educação Nacional (LDBN)- Lei n 9394/96, a Constituição da República é a propagação até os dias atuais da prática das políticas públicas educacionais no País. Isso fica evidenciado no baixo índice de obtenção nas metas do Plano Nacional de Educação entre o período de 2001 a 2010.

Outros problemas na implementação dos planos educacionais também são encontrados como no levantamento feito pelo Conselho de Educação (CNE), que encontrou uma desagregação referente aos planos Estaduais de Educação e os Planos dos municípios da Educação, deste mesmo período, que contribuiu para dificultar a aplicação desses planos no país, entre outros problemas que também deixa cada vez mais complicado de se colocar em prática uma educação digna, assim como está escrito nos objetivos do Plano educacional brasileiro, isso acarreta na fragilidade do sistema de ensino brasileiro, reverberando em questões graves na educação nas escolas públicas, contribuindo para a evasão escolar, baixo aprendizado entre outros problemas, que já perdura na história desse país há um bom tempo (MORAIS et al. 2017)

Observa-se que as metas definidas no Plano Nacional de Educação (2001-2010) Trata-se de metas gerais para o conjunto da Nação, será preciso, como desdobramento, adequação às especialidades locais e definição de estratégias adequadas, a cada circunstância, elaboração de planos estaduais e municipais. (Plano Nacional de Educação, 2001, p.29)

A sociedade consciente, integrada, desenvolvida e pensando na inclusão social, sabe da importância de uma educação de qualidade, é um investimento nas políticas públicas direcionadas para o ensino de base no Brasil, pois essa quebra entre os planos educacionais brasileiros e a prática nas escolas tem levado a um prejuízo para os estudantes e a camada social mais fragilizada, ou seja, a mais pobre, levando a um sistema social cada vez mais desigual, com altas taxas de concentração de renda no país.

Apesar de o Brasil ter melhorado seu sistema de ensino no século XXI, ainda está longe de ter cumprido suas metas de qualidade educacional, que se propunha em seus planos de educação, pois os anos de descaso pesam ainda nas camadas mais desfavorecida da sociedade, no ensino de base das escolas públicas.

2.2 ALICERCE DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA A PARTIR DOS PARÂMETROS DA ONU

Os programas educacionais que são vinculados a ONU, têm como propósito proporcionar a paz e acesso à educação de qualidade para todos. A agência especializada vinculada a ONU é a UNESCO que já existe pelo menos meio século, tem buscado levar um acesso aos conhecimentos produzidos pelo mundo de forma democrática para o maior número possível de países.

A UNESCO tem percebido que o instrumento para se obter a paz, e através da educação, sendo assim o combate ao analfabetismo, através da promoção do acesso ao conhecimento tem sido um dos principais pilares de sua atuação.

Dessa forma a UNESCO busca de forma primordial o respeito ao ser humano, por isso procura sempre empregar políticas públicas educacionais direcionadas nesse sentido, pois é de suma importância essa postura para a diminuição da desigualdade no mundo.

No entanto é importante compreender que a educação não deve ser vista como instrumento de alavanca no desenvolvimento econômico, é sim como um meio de construção pelo qual um país deve investir para o alcance de seu desenvolvimento de forma contínua é eficaz, assim para WERTHEIN (2005):

Um dos principais papéis reservados à educação consiste, antes de mais nada, em dotar a humanidade da capacidade de dominar o seu próprio desenvolvimento. Ela deve, de fato, fazer com que cada um tome o seu destino nas mãos e contribua para o progresso da sociedade em que vive, baseando o desenvolvimento na participação responsável dos indivíduos e as comunidades (WERTHEIN, et al, 2005. p.21).

Assim a educação não pode ser vista como única solução para os problemas sociais, mas existe o desejo social de que ela venha a desempenhar um papel fundamental na construção de uma sociedade mais justa e igualitária, através do conhecimento compartilhado, para que se alcance o desenvolvimento, e a construção de uma identidade nacional, mais coesa socialmente, com tudo a educação deve passar por etapas tipo;

Adaptar a educação básica aos contextos particulares, aos países e populações mais desfavorecidos. Partir de dados da vida cotidiana, que oferece oportunidades de compreender os fenômenos naturais, assim como de ter acesso às diferentes formas de sociabilidade. • Evocação dos imperativos da alfabetização e da educação básica para os adultos. • Privilegiar, em todos os casos, a relação entre professor e aluno; as tecnologias de última geração, por sua vez, devem limitar-se a apoiar a relação (transmissão, diálogo e confronto) entre o docente e o discente. • A educação secundária deve ser repensada nesta perspectiva geral de educação ao longo da vida. O princípio essencial consiste em organizar a diversidade de opções sem que seja fechada a possibilidade de um retorno ulterior ao sistema educacional. • Os debates sobre a seletividade e a orientação tornar-se-iam muito mais transparentes se esse princípio fosse plenamente aplicado; nesse caso, todos teriam o sentimento de que, independentemente das opções e dos cursos frequentados na adolescência, nenhuma porta seria fechada no futuro, tampouco a da própria escola. A igualdade de oportunidade adquiriria, então, seu pleno sentido. (WERTHEIN, et al, 2005. p. 25).

As políticas públicas educacionais brasileiras tiveram uma modificação no mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso, nos anos (1995-2002), e foi dada continuidade no período de 2002 a 2009, o início de seu governo foi marcado por políticas educacionais não regulares, pois se buscou um trabalho de ações espaçadas com programas distintos, e objetivou alcançar a camada social mais vulnerável.

De acordo com Oliveira (2009) no último ano do primeiro período desse governo, por meio da Emenda Constitucional nº 53, de 19/12/2006, introduzindo novas diretrizes do parágrafo 5º do referido art. 212 da Constituição da República e art. 60 do ato das disposições Constitucionais Transitórias, foi elaborado o Fundo de manutenção e desenvolvimento da educação básica e da valorização dos profissionais da educação (FUNDEB), posteriormente foi instituído pela medida provisória nº. 339, de 28/12/2006, que aprovando a Lei nº.11.494, de 20 de junho de 2007, criando o FUNDEB (signi

) é dando-lhe mais espaço em sua atuação, comparado ao fundo lançado anteriormente, já o FUNDEF (fundo de financiamento e manutenção do ensino fundamental e de valorização do magistério) teve como principal ferramenta de financiamento da educação básica, atualmente passa por três etapas; a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio, tendo sua duração prevista por 14 anos.

Dessa forma ainda no governo do período (antes de 2002) anterior as modificações ocorridas nas políticas públicas educacionais resultaram na criação da Lei nº. 9.394 de 20 de

dezembro de 1996 a que instituiu a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB, essas modificações no ensino brasileiro fizeram surgir os novos acontecimentos a nível mundial, foram essas transformações ocorridas entre governo, políticas e o sistema educacional refletidas nos acontecimentos internacionais, que trouxeram uma nova fase “ortodoxa”, elencados em cinco princípios;

1. A melhoria da economia nacional por meio do fortalecimento dos vínculos entre escolaridade, emprego, produtividade e comércio.
2. A melhoria do desempenho dos estudantes nas habilidades e competências relacionadas ao emprego.
3. A obtenção de um controle mais direto sobre o currículo e a avaliação.
4. A redução dos custos da educação suportados pelos governos.
5. O aumento da participação da comunidade local a partir de um papel mais direto na tomada de decisões relacionadas com a escola e através da pressão popular por meio da livre-escolha de mercado (BALL apud OLIVEIRA, 2009, p. 10).

Essas modificações se justificavam pelo fato de que na aquela época mais precisamente nos anos de 1990, o Brasil precisava passar por um processo de modernização interna, com vistas para a qualificação de mão de obra, para se adequar as novas estruturas do sistema de produção, que começava a ser implantado no país. Dando assim enfoque no sistema educacional para alavancar o mercado de trabalho, visando o desenvolvimento nesse setor, que estava numa fase mais flexível e adaptável, isso reverberou no sistema de financiamento, o FUNDEF já mencionado acima, e na responsabilização de estados e municípios com esse programa.

2.3 AFERIÇÃO ACERCA DOS PARÂMETROS EDUCACIONAIS PROPOSTOS PELA ONU, UNESCO E APLICAÇÃO NO BRASIL

A UNESCO em conjunto com o governo brasileiro tem buscado implementar programas na área da cooperação técnica, visando a melhoria do ensino no país, assim como tem buscado parcerias tanto de governos como do setor privado e da própria sociedade civil, dessa maneira fica exposto no texto abaixo;

[...] a UNESCO prioriza as ações intersetoriais, o estabelecimento de parcerias com instituições governamentais e privadas e com a sociedade civil, a produção de materiais pedagógicos que subsidiem a formação permanente e continuada de docentes da educação de nível básico e o fomento às discussões e à elaboração de conteúdos sólidos e qualificados acerca de diferentes temáticas que envolvam a história e a cultura africana e afro-brasileira (UNESCO, 2011,2012).

No ponto de vista intersetorial os trabalhos realizados através da cooperação da UNESCO, passa a ser orientado por eixos que inclui todas as esferas programáticas, que são; a integração social e profissional dos jovens, através do investimento no ensino de qualidade e

na precaução e no combate a violência, diminuição das desigualdades de gênero e raça, através de estudos que revelam suas causas, respaldado pelos direitos humanos e nos princípios culturais, com uma preocupação particular para as heranças africanas e indígenas enraizadas no Brasil; com um estímulo para o desenvolvimento de maneira sustentável, através de conhecimentos científicos e tradicionais, com novos condutores na inovação da cooperação regional, assim como na utilização de tecnologias de informação e de comunicação na elaboração de uma sociedade calcada no conhecimento.

Dessa forma a UNESCO em conjunto com a ONU tem posto em prática uma maneira harmônica de trabalhar com intuito de atender as necessidades primordiais do Brasil, pois atualmente o país se encontra em condições de construir e pôr em prática suas estratégias nacionais de desenvolvimento é assim há uma grande relevância na participação dessas instituições internacionais no Estado brasileiro.

Por isso a UNESCO juntamente com o governo brasileiro vem construindo projetos na área da cooperação técnica vinculadas ao plano de Metas compromisso de todos pela educação e do programa Brasil alfabetizado, entre outros projetos dessa parceria.

A UNESCO vem priorizando fortalecer as ações direcionadas ao setor educacional brasileiro, sendo distribuído por áreas temáticas que visam a melhoria da educação do País. O Brasil tem mostrado um progresso significativo no setor da educação se comparado a anos anteriores, principalmente por conta da ampliação de números de vagas ofertadas no ensino público do país, a partir de programas governamentais que auxiliaram na inclusão de cada vez mais famílias de renda baixa para conseguirem ter seus filhos nas escolas, programas como; transporte escola, a distribuição de livros de didático grátis, merenda escolar e outros materiais disponibilizados pelo governo, é a transferência de renda através do programa bolsa família, que visa também auxiliar jovens e crianças a se manterem nas escolas.

Apesar de avanços importantes na educação brasileira ainda se tem muitos desafios a serem vencidos, um dos principais é ainda o acesso e a permanência na escola, continuando ainda a ser um dos déficits em todas as categorias do setor educacional do País (LAMOGLIA, 2017).

Entre os anos de 2011 e 2012 o índice de repetência era muito alto chegando há (19,1%) e de desistência era de (6,3%), aproximadamente 85,2% da população com idade entre 15 a 17 anos de idade que frequentavam a escola, e cerca de 30,3% dos jovens na faixa etária de 18 a 24 anos estavam na escola, e ainda desse percentual 41,1% continuam no ensino fundamental e médio, passando a ser um grande índice de atraso em escolaridade no Brasil (UNESCO, 2011-2012).

Esse atraso em anos de idade comporta um grande problema para a educação no país, além da baixa média de anos de estudos, que é de aproximadamente 6 anos de escolaridade, sendo considerada inferior ao que se espera de um estado que tem buscado seu desenvolvimento é a qualificação em vários setores, principalmente na área educacional.

Em relação ao índice de alfabetismo os números mostram que a taxa de analfabetos vem decrescendo no Brasil, chegando a aproximadamente 14,1 milhões de cidadãos analfabetos no País em 2009 (MORAIS et al, 2017).

Nesse contexto podemos entender que há muito o que se fazer ainda pela educação no Brasil, apesar de alguns avanços alcançados nos últimos anos, a igualdade a erradicação do analfabetismo, a melhoria na qualidade do ensino e etc., ainda continua sendo um grande desafio para os governos, instituições nacionais é internacional é a sociedade civil.

Por isso se faz tão necessário ter a Educação como prioridade no planejamento das políticas públicas de um país, é não menos importante a participação da sociedade civil nas escolhas de projetos que visem a melhoria direcionada ao setor de ensino. Não obstante, se faz necessário compreender que os desafios ainda continuam persistindo no sistema de ensino do país, mas podemos destacar que com alguns avanços direcionados para políticas integradas, que inclui meios que facilita a participação social, como nas reuniões nacionais é regional que expõe temas importantes que fazem parte das demandas sociais, alguns com apoio da UNESCO, tem contribuído para que as preocupações da população seja apresentada de maneira mais aproximada, através das reuniões locais.

A UNESCO em conjunto com o governo brasileiro também busca expandir as atividades já bem encaminhadas no país, como programas que visam a participação da sociedade principalmente a camada mais pobre, entre esses programas esta; a escola aberta, que fortifica a cooperação institucional que inclui novos atores governamentais, que tem sido baseado em políticas desempenhadas por setores como; o Conselho Nacional da juventude (Conjuve) e a secretaria de Juventude(SNJ) que tem como propósito destacar o jovem como prioridade para as políticas públicas que beneficie os mesmos (UNESCO, 2011-2012).

Os principais programas tem sido o Projovem e o Pronasce, que tem como proposta incentivar trabalhos, análises e participação social e de organizações, para dar auxílio aos projetos que buscam a diminuição da violência e a melhoria da educação no país, e assim a promoção de uma qualificação adequada para jovens e crianças em estado de vulnerabilidade social.

Com isso os projetos das instituições são realizados pelos governos locais, estado, municípios é governo federal, com a ajuda da sociedade civil que também tem buscado

introduzir meios de desenvolver ações para mudar as dificuldades encontradas ainda no ensino no Brasil.

A educação básica é a base para o desenvolvimento das capacidades humanas, e as políticas públicas, juntamente com o trabalho em conjunto com as instituições de incentivo ao ensino de qualidade é um dos meios principais para a construção de uma democratização da educação, proporcionado o acesso ao conhecimento de forma igualitária, visando a população mais desfavorecida.

Embora a educação não deva ser considerada uma tábua de salvação de um país como já foi mencionado acima, o ensino deve ser visto como um dos meios principais de um Estado, alcançar seu desenvolvimento, através da qualificação de sua população por meio do conhecimento que é proporcionado por uma educação eficaz e permanente.

Tornado fundamental superar as disparidades educacionais, que ainda permanecem no sistema brasileiro de ensino público de base, a sociedade deve de fato ser assistida por políticas inclusivas que realmente visem a qualidade do ensino, é não somente os números de matrículas realizadas, a participação social é de suma importância, para garantir seus direitos ao acesso a uma qualidade educacional digna.

A educação básica também reverbera no ensino superior tendo o impacto positivo ou não dependendo das possíveis melhorias realizadas na base do ensino, isso reflete nas pesquisas científicas futuras, formação de profissionais em áreas distintas e toda uma preparação de profissionais futuros, por isso é importante que a sociedade, instituições, governo garantam um ambiente confiável intelectualmente é cientificamente. Embora a educação seja considerada um direito inalienável, das crianças, jovens e adultos brasileiros, as disparidades no ensino público do país ainda continua sendo um dos principais problemas enfrentados na sociedade brasileira, os avanços alcançados ainda continuam a ser insuficiente diante de anos de atraso no ensino público do Brasil, é infelizmente ainda não podemos dizer que o país alcançou uma qualidade necessária é desejável no ensino de base.

E preciso ainda muito esforço para garantir uma política pública educacional eficaz e permanente, sendo de extrema importância a capacidade de reunir atores diversos no processo educacional, com objetivo de unir ações e ideias para poder se chegar a novos meios de proporcionar a sociedade, acesso e qualificação do ensino de base, e assim conquistar o desenvolvimento interpessoal das crianças e jovens brasileiros, dessa forma é preciso unir forças de maneira coletiva, nas ações, pensamentos, vontades, direcionados a fim de alcançar a qualidade social da educação brasileira.

3. ANÁLISE SOBRE A CONTRIBUIÇÃO DOS PROGRAMAS (ONU/UNESCO) APLICADOS NO BRASIL.

3.1 PROGRAMAS EDUCACIONAIS INTERNACIONAIS, QUE FAZEM PARCERIA COM O BRASIL TÊM CONTRIBUÍDO PARA A EDUCAÇÃO BRASILEIRA

O compartilhamento do conhecimento por meio da cooperação com as instituições internacionais é regional, são fundamentais na busca por melhorias no ensino. Além de políticas públicas coerentes que alinhem os objetivos de implementar projetos eficazes é as mudanças para a promoção do ensino de qualidade, igualitário é inclusivo.

Nesse sentido a UNESCO trabalha com a união de diversas recomendações, em conjunto com ações coordenadas, com intuito de proporcionar aos cidadãos acesso ao conhecimento, através de um ensino público digno nos Estados membros. O fortalecimento nas redes de ensino passa por interesses é investimentos nas políticas públicas direcionadas para a formação de sua população, concomitantemente com as parcerias dos Países em desenvolvimento com as instituições que tem como objetivo o fomento do sistema educacional, para o desenvolvimento dos Países.

Nesse sentido além da parceria com a UNESCO, o Brasil também buscou cooperação com outras agências que também investem na área educacional no mundo, assim como é o caso do UNICEF que assim como a UNESCO entende a educação como um direito inalienável ao ser humano é um meio de proporcionar a sociedade um aprimoramento de suas habilidades, e principalmente como uma questão de justiça social. Algumas organizações adotaram o investimento na educação como forma de fomentar a economia dos países em desenvolvimento, uma das principais organizações que compartilham dessa ideia é a UNESCO e a OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico), essa última desde 1960 ano de sua criação tem como princípio o fomento nas políticas educacionais visando o desenvolvimento econômico, embora não tenha mandato formal assim como a UNESCO para a educação, pois seu objetivo principal era auxiliar na reconstrução da Europa.

Após o período de reconstrução da Europa a OCDE, assim como outras instituições expandiram suas atividades educacionais semelhantes como as que faziam parte desse projeto de fomento desses países, no resto do mundo, implementando diversos programas pelo mundo, como; *Educational Investment and planning programme* (EIP), *Programme for International Student Assessment* (PISA), (MEDEIROS, 2014).

Com passar dos anos as organizações Internacionais modificaram suas convicções a respeito do papel da Educação no mundo, se antes era vista como meio para o desenvolvimento econômico, depois ficou claro que a educação não é apenas um meio desenvolvimentista para os países, mas e um princípio básico é fundamental para a formação humana.

Nesse contexto o sistema educacional tornou-se um meio para se alcançar oportunidades iguais para a população, com o intuito de integrar a camada marginalizada da sociedade, fornecendo oportunidades de qualificação profissional, é melhorar as condições sociais dos cidadãos.

Por isso o investimento no ensino de base começou a ser considerada uma das principais necessidades das políticas públicas dos países no mundo, principalmente na transformação das agendas dos países em desenvolvimento assim como e o caso do Brasil.

Assim passou-se a se pensar como objetivo primordial o melhoramento na qualidade das escolas tanto primárias como nas secundárias, além disso, a educação passou a ser empregada tanto na camada formal como informal de acordo com as agendas das Instituições Internacionais, como maneira de melhorar a qualificação da sociedade é assim atingir o desenvolvimento.

No Brasil as atividades dessas instituições Internacionais têm sido aplicadas partir de agendas que vinculem objetivos semelhantes, é de acordo com as necessidades da sociedade brasileira, com isso as ações implantadas no Brasil para as melhorias no ensino têm sido empregadas por meio de cooperação com essas instituições é com parcerias tanto internacional como regional. Nesse sentido no ano de 1950 o Brasil passa a fazer integrar a UNICEF, é a partir de então vem trabalhando em conjunto com governos, municipais, estaduais e federal, sociedade civil, setor privado, grupos religiosos, incluindo também outras instituições Internacionais é e algumas agências das Nações Unidas, com o objetivo de garantir os direitos de crianças e jovens brasileiros (UNICEF, 2018).

A UNICEF trabalha principalmente com o intuito de garantir o direito da infância, no Brasil a parceria se deu em vários momentos, um deles foi na aprovação da Emenda Constitucional nº. 59 que tem como propósito garantir o ensino obrigatório gratuito dos 04 aos 17 anos de idade, além de garantir recursos para educação brasileira. Algumas conquistas importantes se deram nessa parceria no âmbito educacional nesse País. A UNICEF também acompanhou algumas mudanças significativas que o Brasil passou, como na área da tecnologia onde o país era dependente desse e de outros recursos passando a ser hoje um Estado que se modificou internamente, investindo em vários setores inclusive em tecnologia,

onde atualmente consegue fornecer parcerias na área tecnológica com outros países, é também vem conquistando uma participação social nas escolhas públicas.

Atualmente essa parceria entre Brasil é a UNICEF, tem sido fomentar a construção de políticas públicas que tenham como propósito a diminuição das desigualdades sociais, buscar parcerias com outras instituições, órgãos públicos e privados, para auxiliar no desenvolvimento das habilidades, compartilhamento de conhecimentos, entre outros requisitos, na busca de ajudar no desenvolvimento de jovens e crianças (UNICEF, 2018). As ações realizadas no Brasil através dessa cooperação com as instituições Internacionais, tem priorizado resguardar o direito de crianças e jovens ao acesso ao conhecimento, por meio de parcerias governamentais com Estados, municípios, e governo federal, com ações que tem levado mais qualidade de ensino para dentro das escolas públicas brasileiras, embora ainda não se tenha alcançado todas as demandas sociais no ensino do país. Atualmente a educação no Brasil tem sido uma das preocupações mais frequentes, por entender que é a melhoria nos setores institucionais de um país passa quase que diretamente pela capacidade de qualificação de sua sociedade, é que o processo educacional é o meio principal para o desenvolvimento, além de ser um direito a população de adquirir conhecimento, e a ter uma democracia eficaz, por meio do ensino de qualidade, sendo parte da formação do cidadão e da própria dignidade humana.

Entendendo o valor de uma educação de qualidade, e a forma como ela é vista, o texto mostra que embora seja um conceito vasto, sua importância na construção de base no ensino para crianças e jovens tem tido uma direção no sentido de deixar claro que as políticas públicas para garantir o acesso de todos a escola é fundamental na formação dos cidadãos, assim:

O conceito de educação é extremamente amplo, pois abrange a educação infantil, o ensino fundamental, o ensino médio e ensino técnico e superior, além de incluir outras práticas extra-escola, como educativas (esporte, cultura e lazer) [...]. A escola é lugar de criança e adolescente e o trabalho precoce prejudica o desenvolvimento dos mesmos. Com respeito ainda à educação, não há lacunas ou desculpas financeiras suficientes que sustentem a realidade da ausência de vagas na escola e a falta de organização ou estrutura para abrigar dignamente os educandos. Essa responsabilidade cabe ao Poder Público e dele deve ser cobrado (CUSTÓDIO SILVESTRE, 2004, p.58)

Nesse contexto o direito a educação está baseado, nos padrões dos art., 53 a 59 do ECA (Estatuto da criança e do adolescente), expresso na Lei 8.069/90 de 13 de julho de 1990 (Art. 1º Proteção integral à criança e ao adolescente), que deixa claro os pontos de igualdade de acesso e continuação nas escolas, o respeito dos professores para com seus educandos, o direito de protestar sobre as normas de análises avaliativas, tendo assim o

direito se achar necessário de recorrer as instâncias superiores, o acesso a participar na organização e de instituições estudantis, o direito a vaga em escola pública mais próxima de sua residência.

Embora exista todos esses direitos amparados por alguns artigos da própria constituição do Estado brasileiro é as parcerias com as instituições na busca de garantir esses direitos, ainda existe uma fragilidade do cumprimento dessas leis que acabam muitas vezes, não sendo levada para fora do papel, ou seja, não sendo totalmente cumprida no país.

O Brasil ainda tem muito que pleitear na busca por oferecer de fato aos seus cidadãos um ensino digno, acesso ao conhecimento necessário para a formação crítica de sua população, só então as deficiências na estrutura social podem ser eliminadas, diminuindo as disparidades existentes, as lacunas deixadas por anos de atrasos no ensino brasileiro tem sido ainda um peso na base do ensino nas escolas públicas.

3.2. DESAFIOS A IMPLANTAÇÃO DAS POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO DE NÍVEL INTERNACIONAL NO BRASIL

No decorrer da história o Brasil passou por algumas transformações no ensino de base, principalmente no período da década de 70 é 90 com o surgimento de questões a respeito ao acesso das crianças e jovens na escola como também a permanência dos mesmos nas salas de aula, motivando medidas de reordenamento é melhoramento das estruturas básicas do ensino no país. Uma das mudanças mais significativa foi a criação dos Parâmetros curriculares Nacionais (PCNS) no ano de 1998, que também contribuiu com as transformações na legislação brasileira de educação (LDBE) Lei nº. 9394/1996, lei já citada anteriormente, que teve como propósito melhorar tanto o ensino como o acesso a ela. Assim o que fica a cargo do poder público em relação a educação inclui o investimento alto nesse setor. No caso do Brasil que possui grande parte de sua população na linha da pobreza, ainda que tenha se modificado muitas práticas no que diz respeito ao investimento na educação pública, ainda há uma grande desvantagem em relação ao ensino particular, isso tem gerado por anos uma desigualdade social entre a camada mais pobre da sociedade e a mais rica, embora o índice de analfabetismo tenha caído como já foi mostrado acima, muitas pessoas ainda só sabem escrever seu próprio nome, não tendo acesso ao conhecimento mais profundo, isso tem reverberado na formação cidadã que não conseguem adquirir um senso crítico necessário no contexto social.

Muitos não concluem o ensino básico, ou mesmo quando concluem boa parte não ingressam no ensino superior, isso tem comprometido a cidadania dos estudantes da parte mais desfavorecida da sociedade, refletindo na situação de pobreza e desigualdade dos brasileiros.

As dificuldades na educação pública brasileira, ainda se encontram em vários seguimentos do ensino público, as péssimas condições estruturais de algumas escolas, as condições de trabalho dos professores e profissionais dessa área que restringem a oferta de uma educação de qualidade no ensino de base no país. Contudo não podemos equiparar todas as escolas públicas, pois existem diferenças na aplicação do setor educativo de Estado para Estado, dependendo muito da política pública e seus investimentos nesse setor por parte também dos municípios, Estados, e governo federal.

Sendo essas escolas da rede pública que atendem os estudantes do setor mais humilde da sociedade. A parte da sociedade em idade escolar que mais se encontra prejudicada é a que fica localizada nas periferias de cidades grandes do Brasil, como também as localizadas no Nordeste e Norte do país.

As desigualdades sociais têm relação direta com a desigualdade no ensino no Brasil, mostrando que os alunos de escola pública encontram maior dificuldade em ingressar no mercado de trabalho com os melhores salários. Segundo Mascarenhas (2007), a falta de uma educação adequada no ensino público contribui diretamente para o índice cada vez mais alto da pobreza e desigualdade no país, o ensino público oferecido nas escolas brasileiras não consegue ainda ser eficaz o suficiente para a formação de cidadãos com capacidades críticas, é muito menos tem sido capaz de fortalecer a democracia no país. Pois a deficiência no ensino tem reverberado diretamente para a formação cidadã.

Dessa maneira com cidadãos menos preparados, com pouca escolaridade, qualidade de aprendizado deficitário, abandono escolar, tem contribuído para um enfraquecimento na participação das pessoas nos processos de decisão político democrático.

Construindo cidadão muitas vezes alienados, distantes da realidade de seu país, por não obterem informações e conhecimentos adequados para terem a capacidade de formar suas próprias opiniões a respeito do que se passa em Estado e municípios. Além de não contribuírem para o desenvolvimento das habilidades das pessoas, comprometendo a qualidade da formação da sociedade civil brasileira.

A legislação brasileira deixa claro o direito ao acesso à educação, e que essa seja de qualidade, direcionada para o mundo do trabalho e a formação social, embora se tenha essas prerrogativas na lei brasileira, essa mesma não deixa evidente qual cidadão pretende formar com seu ensino, se está preparando cidadãos críticos capazes de participar de maneira efetiva dos processos de escolhas, ou se está preparando seus cidadãos apenas para conhecer um pouco de seus direitos, é que não tenham conhecimento o suficiente para ser um cidadão participativo é assim se torne apenas pessoas conformadas com as decisões de seu governo. Por isso se faz tão necessário entender como o processo educacional tem seguido seu caminho na formação de sua sociedade, que tipo de cidadãos as escolas públicas têm ajudado a construir ao longo de suas vidas, para poderem contribuir com o nosso Brasil, é torna-lo mais democrático, na busca por igualdade.

A continuidade nas políticas públicas educacionais também é outro problema enfrentado no setor de ensino brasileiro, pois as práticas de projetos escolares muitas vezes deixam de ser aplicados por falta de vontade política quebra de governo ou seja troca de governo, algumas ações direcionadas para o ensino tem tido dificuldades em ter continuidade, por depender da vontade política de alguns governos onde a prioridade não é a educação ou mesmo, não conseguem colocar em seus planejamentos o setor educacional, em termos de investimento nas estruturas das escolas, valorizar os professores é profissionais dessa área, refletindo e uma má formação pedagógica.

Assim para Moraes et al (2007) o cidadão que é formado dessa educação deficitária, se torna uma pessoa que não consegue formar opinião crítica, não consegue compreender o que acontece no mundo e em seu país, pouco tem condições de se organizar na vida, sendo um cidadão alienado no mundo.

Isso também tem contribuído para a frustração de profissionais da educação brasileira, pois as escolas que possuem pouco aparato do governo levam a práticas pedagógicas muitas vezes desiguais, e a falta de incentivo e valorização de professores, leva a uma situação inadequada é prejudicial para o ensino público. Contudo existe um esforço dos profissionais da educação para transformar essa realidade do ensino público brasileiro, existem algumas escolas que são modelos de ensino de qualidade, sendo escolas públicas, mas mesmo que existam as exceções é que hoje podemos falar em investimento mais vultuoso se comparado a tempos atrás em nossa história, para com o ensino educacional público. Ainda se tem muito o que fazer para mudar anos de desigualdade social, no combate à pobreza é no

oferecimento a uma educação digna que realmente forme uma sociedade crítica democraticamente, é tenha capacidade de transformar o ensino público brasileiro.

3.3 OS PROGRAMAS EDUCACIONAIS BRASILEIROS VOCACIONADOS PARA A FORMAÇÃO DE UMA SOCIEDADE CONSCIENTE

A educação brasileira passou por vários momentos de transformação como já foi citado acima, mas o que se destaca nesse trajeto é de como ela vem se tornando cada vez mais um objeto priorizado na construção da vida social.

Dessa maneira as políticas públicas educacionais que visam o empoderamento de sua população, principalmente a classe marginalizada, são fundamentais para a democratização do país, acesso aos meios de conhecimento de maneira igualitária é prioridade na formação cidadã.

Nas leis brasileiras como já foi mencionado acima, prever o direito de seus cidadãos ao acesso à educação gratuita, a valorização da educação é sempre destaque para o governo, mas também é motivo de alguns questionamentos como; a qualidade do ensino que é oferecida para sua população, e se as políticas públicas educacionais brasileiras tem se preocupado com a formação cidadã que de fato as pessoas tenham uma formação que lhes der capacidade de construir suas próprias opiniões, é dessa forma que no texto abaixo podemos compreender que;

A supervalorização da formação profissionalizante ao mesmo tempo em que se procede uma marginalização do papel da educação de contribuir para a formação estudantil para o exercício da cidadania é vista também nos fundamentos do Plano Nacional de Educação de 2014, em que a ordem das expressões foi invertida: primeiro menciona-se a formação para o trabalho e, em seguida, vem mencionada a cidadania. (BOTTO, 2017, p. 2)

De fato, o autor acima questiona qual a valorização que a cidadania tem tido no ensino ou mesmo que lugar ela está ocupando na sociedade brasileira, pois realmente é a finalidade da educação brasileira formar que tipo de cidadão para ser pessoas com capacidades de construir suas próprias opiniões críticas, cidadãos que pensam, participam, sabem seus direitos é conseguem contribuir com seu país.

Diante dessas perspectivas e questionamentos, podemos compreender que a formação cidadã é um desafio e passa pelo papel que a educação tem ou teve na vida das pessoas. Colocar o papel da educação como formadora principal ou exclusiva de mão de obra, impondo um primeiro lugar totalmente inverso ao qual ela realmente deva estar, compromete todos os outros valores para a constituição do indivíduo. O exercício da cidadania deve-se ser

uma prática constante na vida das pessoas, é no ambiente escolar que ela deve começar, no cotidiano nas práticas dentro das salas de aula com atividades voltadas para a construção do indivíduo crítico, participativo é autônomo.

Toda essa preparação no ambiente escolar também é o princípio para que o indivíduo venha a se tornar um cidadão ciente de seus direitos é como já foi supracitado acima, que obtenha todos esses elementos, que são fundamentais se tidos como propostas para as escolas, essas práticas digamos preparatórias que visam além do desenvolvimento intelecto dos alunos. Logo;

O papel da escola não é só propiciar o conhecimento intelectual que faz parte de sua grade curricular. Seu papel vai além, cabe-lhe preparar os jovens para o futuro. E, se a pretensão é transformar o futuro para uma sociedade mais justa e igualitária, urge preparar os educandos para tal, para que não seja apenas um cidadão de papel, mas que saibam serem cidadãos de fato e de direito, em todo tempo e lugar. Ser cidadão não é apenas possuir uma certidão de nascimento, não é só exercer o direito do voto, ser cidadão é muito mais. É ter participação ativa na sociedade. (THOMAS E CASSIA, 2009, p.10)

E preciso refletir que tipo de sociedade está sendo preparada dentro das escolas (formadora de valores), que não depende só de leis, de decretos, ou ordens vindas do governo, mas depende de um conjunto de iniciativas tanto do poder público como do corpo docente da escola e suas práticas pedagógicas para com seus discentes é a participação da sociedade civil, nessa formação continua das crianças e jovens que passam pelo ensino de base do país. As decisões que envolvem toda a sociedade devem ser feitas através de participação democrática, é isso perpassa por uma preparação do cidadão para que o mesmo tenha a capacidade de participar de forma crítica e ativa. As metas que o Brasil se propõe a alcançar para obter uma educação de qualidade é que atenda a sua população é venha a formar cidadãos participativos é principalmente visando à diminuição da desigualdade. Esses objetivos que se incluem em programas do governo estão divididos em algumas metas que pretende ampliar o investimento na área educacional, através de um conjunto de ações que conta com a participação dos Estados, Municípios, União, e Distrito Federal, por meio do produto bruto do País. MEC (2018). Alguns objetivos e metas estão presentes em alguns programas expostos abaixo;

Quadro 1- Objetivos da Educação básica

Metas qualitativas	Educação básica	Órgão ministério da educação (código;0597)	Descrição das Metas
		Programas	
1			Aumentar o investimento público na educação, em conjunto com a União, Estados, municípios, através da porcentagem do produto bruto interno, para alcançar a meta do PNDE 2011-2020.
2			Diminuir o analfabetismo, aumentando o percentual de crianças alfabetizada até os 8 anos de idade, para atingir a meta do PNDE 2011-2020.
3			Inclusão escolar em destaque como preocupação para ampliação de vagas de 4 a 17 anos para crianças e jovens com deficiência, entre outras diversas metas para atingir o PNDE 2011-2020.

Fonte: Elaboração própria com informações do Ministério da Educação (2018).

Essas metas estão divididas em três programas fundamentais são eles; 2030 programa Educação Básica; 2031 programa Educação profissional e tecnológica; 2032 programa superior graduação e pós-graduação.

Contudo ainda há muito que se cumprir se verificarmos as metas propostas pelos programas educacionais de políticas públicas no país. Citados um pouco dessas metas no quadro acima é durante o trabalho, algumas propostas se realizadas de fato fará muita

diferença para os profissionais da educação é os jovens principalmente o do ensino público brasileiro. As políticas públicas no setor do ensino mesmo que já tenha passado por grandes transformações, ainda há muito o que ser mudado nas bases da nossa educação. Como diria Freire(1997) Embora a educação sozinha “não pode transformar a sociedade, tampouco sem ela a sociedade muda”.

Assim a Educação não deve ser vista como única forma de transformação social, mas é uma das principais bases para uma sociedade qualificada, democrática e igualitária.

CONCLUSÕES

Os desafios para o Estado brasileiro são muitos principalmente no sistema educacional, depois de anos de atraso, políticas públicas educacionais que muitas vezes na história foram direcionadas apenas para uma classe da sociedade que tinham o acesso à educação, a elite.

Anos de desigualdades, políticas públicas desajustadas, apenas para os cidadãos de um setor da sociedade, com o passar dos anos muitas mudanças ocorreram, e com isso atualmente se fala muito em educação pública de qualidade, desenvolvimento das capacidades das crianças e jovens, acesso ao conhecimento, investimento tecnológico, para auxiliar os estudos e qualificação dos estudantes, ações que visam a formação cidadã se faz fundamental para todos os países principalmente os em desenvolvimento, assim como é o caso do estado brasileiro.

Portanto a educação tem sido a ‘porta’ para que as pessoas consigam ser autônomas, consigam desenvolver suas capacidades intelectual, melhorar suas escolhas nas decisões das políticas pública para seu país.

A Educação tem seu papel fundamental na construção da sociedade, não é o único setor que forma os cidadãos de um Estado, mas é um dos principais, de fato devemos rever o papel que a educação tem, não sendo ela a solução de tudo mas é ‘peça’ fundamental na reinvenção do mundo. No processo de desenvolvimento, na construção da política, da ética, capacitação científica, técnica, sendo fundamental na vida das pessoas, a história necessita da educação.

De acordo com essa perspectiva, o Brasil buscou parcerias com instituições internacionais, e é signatário dos parâmetros educacionais propostos pela ONU/UNESCO que tem o setor educacional como foco para o desenvolvimento dos países, principalmente os em desenvolvimento como é o caso brasileiro. As agências que visam a cooperação para a melhoria das bases dos países, através do processo educacional, com intuito de ofertar

educação de qualidade, autodeterminação dos povos, e acesso ao conhecimento, desenvolvimento das capacidades, entre outras práticas.

O Brasil faz cooperação com essas organizações Internacionais, é compartilha de padrões educacionais advindos dessas agências, como é o caso da UNESCO, que é uma agência vinculada a ONU, com mandato oficial direcionado para a educação, essa parceria tem como propósito oferecer as escolas públicas uma educação digna, que leve acesso tecnológico, científico e melhoramento das capacidades dos alunos em idade escolar. As ações praticadas em conjunto com as agências internacionais, escolas públicas através do governo brasileiro, tem como objetivo firmar as suas bases em uma educação que respeite as diferenças culturais, supra as necessidades da população, e proporcione maneiras de exercer a prática da cidadania nas escolas.

A UNESCO fez um panorama da crise educacional que se passava pelo mundo, preocupada com a crise internacional do ensino passou a procurar alternativas para diminuir os efeitos dessa crise, especialmente nos países mais pobres, os em desenvolvimento, que passa a ter os maiores déficits educacionais do mundo. Todo esse esforço foi para levar a esses Estados membros condições para que eles, tenham como reorganizar sua população, através de uma educação de qualidade oferecida nas escolas, por meios de alguns programas advindos de políticas públicas educacional com apoio de algumas agências internacionais, como é o caso do PEA, também supracitado no trabalho, que tem oferecido programas em educação para países membros, em especial os países em desenvolvimento assim como o Brasil.

Os programas do PEA, UNESCO, UNICEF, entre outras agências busca conciliar seus parâmetros educacionais mundiais, é a realidade de cada país, respeitando a cultura de cada Estado. Cada escola que tem em seu ambiente programas com parcerias com essas agências tem como obrigação enviar relatórios para informar quais são os resultados dos programas empregados em seu país, é como está sendo aplicado esses programas.

Essas ações também se preocupam com uma educação formadora de cidadãos, conscientes, que está sempre num processo de aprendizado, assim conforme o relatório da UNESCO.

E através da educação que está a esperança de construir uma sociedade democrática igualitária, é formar mentes capazes de mudar a realidade do país. A cooperação com as organizações internacionais tem logrado para o Brasil, uma perspectiva inovadora em suas políticas educacionais, pois tem impulsionado o país, para implantar no ambiente escolar programas que ajudam a desenvolver as capacidades pessoais dos estudantes, é também tem

ajudado a participação da sociedade. Como é o caso do programa escola aberta que conta com a participação da UNESCO, que visa a toda a comunidade carente, esse programa conta com um conjunto de ações dentro das escolas que no final de semana ficam abertas para oferecer oficinas de artes, culturas, conhecimento para a comunidade tanto escolar como a sociedade em geral. Existi outros trabalhos realizados nesse sentido com parceria com essas agências para levar alternativas educacionais para os estudantes. Esses programas além de promover o acesso à educação, respeitando a diversidade cultural, também busca diminuir a violência, promovendo um ambiente de paz, fruto de trabalhos que fazem com que os jovens se integrem no meio estudantil e se afaste do ambiente perigoso.

Mas vale salientar para os problemas que o país ainda vem passando no ensino público, embora tenha passado por diversas mudanças em suas leis educacionais, pois em sua constituição o Brasil tem desenvolvido leis para garantir o acesso de sua população a educação de qualidade e gratuita para aqueles que não podem pagar. Embora o Estado brasileiro tenha leis em sua constituição que garanta o acesso de sua população ao ensino público, esse processo de aplicação dessas leis tem tido uma distorção do que se encontra nas leis brasileiras e assim ainda tem acumulado diversos problemas no ensino, de evasão escolar, a baixa escolaridade, a qualidade do ensino, principalmente o público, onde se encontra a grande maioria da população brasileira em idade escolar, a violência dentro e fora do ambiente escolar, a falta de valorização do profissional da educação, as estruturas físicas das escolas, etc.

Mesmo assim com esses problemas, a escola como uma instituição fundamental que forma a sociedade ela sozinha não pode ser responsável por mudar suas próprias 'deficiências' nem ao mundo. Ela necessita de um conjunto de ações, que parta da sociedade civil, governo, instituições, que possa contribuir para mantê-la viva. As escolas precisam de construir um ambiente harmonioso, e ter seu espaço, construir relações humanas agradáveis e estimuladora. As instituições Internacionais como entendedoras dessas realidades, deveriam estar ainda mais ativas nessas atividades, ajudar de forma mais ampla as escolas a difundir os espaços para as práticas de ações que visam a formação cidadã, com práticas efetivas, oferecer meios para que os estudantes tenham acesso ao conhecimento de qualidade, diminuindo as burocracias para alcançar esse acesso. E por fim acreditar que é possível ainda mudar os déficits educacionais existentes no país, por meio de políticas públicas efetivas, em conjunto com todos esses atores já citados no trabalho; sociedade civil, governos, e agências internacionais e até nacionais.

Com a participação de cada um, com respeito as diversidades, essas mudanças não devem só depender do poder público nem apenas da UNESCO ou outras organizações, mas deve ser praticada e vivenciada por todos, crianças, jovens, adultos, idosos, governo, agências, comunidades, religiões, órgãos públicos e privados, e toda uma sociedade que interessa a melhoria desse processo educacional.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA DO BANCO MUNDIAL E DO EDUCATION FOR ALL NO CASO BRASILEIRO. São Paulo. 2014.

ALMEIDA, Paula Castro. **Torna-se aluno - Identidade e Pertencimento Perspectivas etnográficas.** Campina Grande. PB. Ed. Filiada a ABEU. 2015.

BENDRATH, Eduard; GOMES, Alberto. Estado, políticas públicas e organismos internacionais: a educação no foco do debate. **Revista Intermeio.** Campo Grande MS. v.16, n.32, p.157-171, jul/dez.2010.

BORGDAN, Robert; Biklen. **Investigação qualitativa em Educação: Fundamentos, métodos e técnicas.** Portugal: Ed. 1994.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988. Disponível em: < <http://www.planalto.gov.br> > Acesso em 26 set 2017.

Direitos Humanos. Disponível em: < <http://www.dhnet.org.br/> >. Acesso em: 14 set 2017.

FERNANDES, Fabiana Silva; GETILINI, João Augusto. Planejamento, políticas públicas e educação. **Revista Scielo.** São Paulo, v.44, n. 153, p.1-8, jul/set.2014.

FERREIRA, Eliza Bartolozzi; FONSECA, Marília. O Planejamento das Políticas educacionais no Brasil e seus desafios atuais. **Revista Perspectiva.** Florianópolis, v.29, n.1, p.69-96, jan-jun.2006.

FREIRE, Paulo. **Política e Educação.** 5.ed. São Paulo; Cortez,1997.

GADOTTI, Moacir. Perspectivas Atuais da Educação. **Revista Scielo.** São Paulo, v.14. n.2. p.1-9. abr/jun.2000.

GOLDEMBERG, José. O Repensar da educação no Brasil. **Revista Scielo.** São Paulo, v.7, n.18, p.1-73, Maio/Ago.1993.

LAMOGLIA, Botto Fernando. **A gradativa Marginalização da Cidadania nas Políticas Públicas Educacionais.** Paraná: PUCPR, 2017.

LEITE, Sérgio Antônio Silva da. A escola e a formação da cidadania ou para além de uma concepção reprodutivista. **Revista Scielo**. Brasília, v.9, n.3, p.17-19.1989.

LIMA, Claudia; CABRAL, Vera et al. **Políticas Públicas Educacionais Brasileiras: O ensino Médio no contexto da LDB, PNE, PDE**. IX Congresso Nacional de Educação- EDUCERE; III Encontro Sul Brasileiro de Psicopedagogia. Paraná; PUCPR, outubro de 2009.

LUCAS, Maria Ângela. A influência do UNICEF e da UNESCO na educação Infantil Brasileira Contemporânea. **Revista Histerdbr On-line**. Campinas, n.35, p.126-140, set. 2009.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO DO BRASIL. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br> > Acesso em: 09 set 2017.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica**. Brasília. Ed. Mec. 2018.

MORGAN, Dimas; SILVA, Joelma Gomes da; et al. **As políticas Públicas no contexto da Educação Infantil Brasileira**. Universidade do Rio Grande do Norte (UERN), p.51-58.

MORAIS, Bianca et al. **Políticas Públicas de Educação**. Rio de Janeiro: Ed. Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, 2017.

MUNIZ, Eray Proença; ARRUDA, Élcia Esnarriaga de. Políticas Públicas Educacionais e os Organismos Internacionais: Influências na trajetória da Educação Especial Brasileira. **Revista Histerdbr On-line**. Campinas, n.28, p.258-277. Dezembro 2007.

NUNES, Silma Carmo do; NOVAIS, Garcia Santana. Políticas Públicas Educacionais: A educação básica entre o prescrito e o real. **Revista ed. Popular**. Urbelândia, v.13, n.1, p.81-93, jul/dez.2014.

OLIVEIRA, Dalila, Andrade. As políticas Educacionais no governo Lula; Rupturas e Permanências. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação, RBPAE**, São Paulo, v.25, n.2, p.197-209, maio/ago 2009.

OLIVEIRA, Caroline Mari de; CECILIO, Maria Aparecida. **As Influências das Agências Internacionais nas Políticas Educacionais no Brasil: Um olhar para o trabalho precoce e penoso no e do campo a partir da década da educação**. Paraná. 2008-2009.

OLIVEIRA, João Batista Augusto de, et al. Aplicações das Políticas Educacionais e as dificuldades de aprendizado do ensino de ciências: O caso da escola Santo Antônio. **Revista Monografias Ambientais- Remoa**, Rio Grande do Sul, v.14, p.114-134, 2015.

ONU Brasil. Disponível em: < <https://nacoesunidas.org.br/> > Acesso em: 11 set 2017.

PEA. A rede PEA Brasil: a hora das escolas públicas. São Paulo. 2016.

PEA. Escolas Associadas da UNESCO-Coodenação Nacional- Brasil. Disponível em: < <http://www.peaunesco.com.br> > Acesso em 25 set 2018

PIAGET, Jean. **Para onde vai a Educação**. São Paulo: Ed. José Olympio, 1978.

PIAIA, Karine; SCALABRIN, Ionara Soveral. **Um olhar sobre as Políticas Educacionais Brasileiras: Desafios e possibilidades.** Curitiba 7-10 de Nov de 2011.

Portal da Educação. Disponível em: < <http://www.neteducacao.com.br> > Acesso em: 20 set 2017.

Portal da Educação. Disponível em:<<http://portal.mec.gov.br/secretaria-de-educacao-basica/programas-e-acoes>>Acesso em: 24 maio 2018.

Plano Nacional de Educação. Disponível em:<<http://unesdoc.unesco.org>> Acesso em:06 jun 2018.

Revista PEA-UNESCO. Ano 6. Número 7. Setembro de 2014. Disponível em: < <http://www.peaunesco.com.br/REVISTApea2014R.pdf> >. Acesso em: 21 abr 2018.

ROCHA, Carlos Vasconcelos. **Neoinstitucionalismo como Modelo de análise para as Políticas Públicas.** PUCRS. Rio de Janeiro. 2005.

SILVA, Maria Pilar. **A Educação Básica, Avanços e Desafios.** Disponível em:<<http://www.portal.mec.gov.br>> Acesso em: 27 Maio 2018.

SILVA, Monica Ribeiro da. Educação e a Formação Cidadão. **Revista Educar em Revista Scielo**, Curitiba, n.11, Jan, p.1-6, 1995.

THOMAS, Lurdes; OLIVEIRA, Rita Cassia de. **A educação e a Formação do Cidadão Crítico, Autônomo e Participativo.** Paraná, 2009.

UNESCO, **Declaração Mundial sobre Educação para Todos;** Satisfação das necessidades básicas de aprendizagem Jomtien. 1998.

UNESCO. **Constituição da UNESCO. 1946.**

UNESCO. Disponível em: < <http://en.unesco.org/> > Acesso em: 11 set 2017.

UNESCO. **Representação no Brasil.** Disponível em:<unesdoc.unesco.org/>Acesso em: 24 maio 2018.

UNICEF. Disponível em <http://www.unicef.org/brazil/pt/activities_10183.htm.acesso em: 25 maio 2018.

UNICEF. UNICEF e a implementação da Iniciativa Global Pelas Crianças Fora da Escola no Brasil. **Revista Brasileira de Políticas Públicas e Internacionais.** v.2, n.2,p.152-167, 2017.

UTIYAMA, Jessica; SILVA, Ana Lucia, Ferreira da. **A UNESCO e suas Influências nas Políticas Públicas Educacionais Brasileiras A Partir Dos Anos De 1990.** Paraná, 2011.

WERTHEIN, Jorge; CUNHA, Célio da. **Fundamentos da nova Educação.** 2. ed. Brasília. UNESCO, 2005.